
PATRÍCIO & VALENTE, LDA.

Telef: 275 333 213 – Fax: 275 921 634

Morada: Rua General Humberto Delgado, n.º108 R/C Esqº
Canhoso*6200 Covilhã

PLANO DE ORDENAMENTO DA ALBUFEIRA DE IDANHA



Ponderação da Discussão Pública
Câmara Municipal de Idanha-a-Nova

Relatório
Junho 2006

INDICE

1. INTRODUÇÃO	3
1.1 Enquadramento do Plano.....	3
1.2 Objectivos do Plano.....	4
1.3 Faseamento.....	5
1.4 Elementos que integram o Plano	6
2. PARTICIPAÇÕES.....	7
2.1 Metodologia para a análise das participações	7
3. AVALIAÇÃO E PONDERAÇÃO	9
3.1 Pressupostos do Plano.....	9
3.2 Avaliação e ponderação das participações	9
4. ALTERAÇÕES AO PLANO	12
5. ANEXO - PARTICIPAÇÕES	14

1. INTRODUÇÃO

Apresenta-se neste documento a ponderação das Participações durante a fase de Discussão Pública do Plano de Ordenamento da Albufeira de Idanha (adiante designado por Plano ou POAI), explicitando de forma sintetizada as participações recebidas, os princípios ordenadores do Plano e por fim se avalia se deverão ser ou não contempladas alterações à proposta Plano apresentada.

O presente documento decorre da legislação vigente, nomeadamente da Portaria n.º137/2005 de 2 de Fevereiro, onde se especifica que as "(...) participações recebidas em sede de discussão pública e o respectivo relatório de ponderação" devem acompanhar o Plano.

O POAI esteve em discussão pública entre 14 de Julho a 25 de Agosto de 2005, podendo ser consultado em diversos locais públicos (Instituto da Água; Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro; Divisão Sub-Regional de Castelo Branco da CCDR-Centro; Câmara Municipal de Idanha-a-Nova; Junta de Freguesia de Idanha-a-Nova; <http://www.inag.pt/>). Durante este período foi ainda efectuada uma sessão pública de esclarecimento do Plano a 27 de Julho de 2005, nas instalações do Centro Cultural Raiano, em Idanha-a-Nova.

O presente relatório resulta de um trabalho conjunto entre a equipa projectista, o INAG e o Câmara Municipal de Idanha-a-Nova. Junta-se em Anexo as participações recebidas assim como as fichas de resposta.

1.1 ENQUADRAMENTO DO PLANO

Os Planos de Ordenamento de Albufeiras de Águas Públicas são Planos Especiais de Ordenamento do Território, conforme o disposto no art.º 42º do DL 380/99 de 22 de Setembro, com as devidas alterações. O POAI refere-se a uma albufeira classificada como protegida pelo DL n.º 2/88 de 20 de Janeiro, Anexo I. A elaboração do POAI encontra-se prevista também no art. 9º do mesmo Decreto-Lei, assim como no PDM vigente de Idanha-a-Nova. O Plano foi elaborado, tendo tido o acompanhamento da Comissão Técnica de Acompanhamento (CTA) definida pelo Despacho n.º688/2001 (2.ª série), de 15 de Maio, publicado em DR – II Série, n.º 127, de 1 de Junho de 2001, e constituída por:

- Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território – Centro (actualmente, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro);

- Instituto da Água (INAG) e respectivo site de internet;
- Instituto de Hidráulica, Engenharia Rural e Ambiente (actualmente, Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica);
- Direcção Geral das Florestas (actualmente, Direcção Geral dos Recursos Florestais);
- Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano;
- Direcção Geral do Turismo;
- Câmara Municipal de Idanha-a-Nova;
- Organização não governamental do ambiente - Quercus, designada pela Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente.

A elaboração de um Plano desta natureza tem como objectivo *“(...) a prossecução de objectivos de interesse nacional com representação espacial, estabelecendo regimes de salvaguarda de recursos e valores naturais e assegurando a permanência dos sistemas indispensáveis à utilização sustentável do território.”* (DL 380/99 de 22 de Setembro, Art.º42).

O limite da área de intervenção previsto em PDM foi sujeito a reajustes na primeira fase do trabalho aproximando-se o mais o possível da faixa dos 500 m contados a partir do NPA (Nível Pleno Armazenamento) e ajustado a limites físicos (festos, linhas de água, etc.).

A albufeira da barragem Marechal Carmona (vulgo Albufeira de Idanha) localiza-se na Região NUTS III, distrito de Castelo Branco, concelho de Idanha-a-Nova. Com uma posição geográfica estratégica, a área de intervenção beneficia dos recursos do concelho - património natural e património histórico, com excelentes condições para o aproveitamento de actividades recreativas e turísticas. No entanto, é necessário criar infra-estruturas de suporte que se adaptem aos potenciais existentes. As actividades e infraestruturas devem ser dimensionadas em função da capacidade de carga da albufeira e das necessidades do próprio Concelho.

1.2 OBJECTIVOS DO PLANO

O Plano tem como principal objectivo ordenar o território, visando o seu equilíbrio ecológico na protecção dos recursos naturais no Plano de água e na zona de protecção, assim como salvaguardar os usos primários da albufeira que são a rega e a produção de energia. Para além destes objectivos gerais, são objectivos específicos:

- Definir regras para utilização do Plano de água e zona envolvente da albufeira de forma a salvaguardar a defesa e qualidade dos recursos naturais, em especial da água;
- Compatibilizar os diferentes usos e actividades, existentes ou futuros, com a protecção e valorização ambiental e as finalidades primárias da albufeira (rega e produção de energia eléctrica).
- Identificar as áreas mais adequadas para a prática de actividades recreativas, prevendo as suas compatibilidades e complementaridades.

1.3 FASEAMENTO

Os trabalhos desenvolvidos referentes ao presente Plano iniciaram-se em Novembro de 2000 e dividiram-se em 5 fases: Estudos de Base, AntePlano, Proposta Plano, Discussão Pública e Ponderação da Discussão Pública.

Estudos de Base - Foram desenvolvidos levantamentos de campo e pesquisas de informação que resultaram numa caracterização da área de intervenção e do seu contexto global. Esta caracterização englobou as seguintes áreas: Enquadramento geral da área de intervenção e envolvente; Caracterização biofísica e paisagística; Caracterização urbanística; Caracterização das infraestruturas básicas; Caracterização do Plano de água; Caracterização do uso do Plano de água. Foi analisada toda essa informação com vista ao diagnóstico dos seus potenciais e fragilidades mais relevantes. Foi então possível estabelecer os objectivos específicos/programa do Plano.

AntePlano - Foram formalizadas as bases programáticas apresentadas na fase anterior e elaborado um primeiro modelo de ocupação do território. Estabeleceram-se os limites de acção que correspondem àqueles que poderão ser suportados pelo território, tendo sido definidas as regras-base que garantem o equilíbrio entre os vários usos da albufeira.

Proposta Plano – Nesta fase foi aferida com maior exactidão a ocupação e as regras do território, tendo sido concretizado no regulamento e nas peças fundamentais finais do Plano.

Discussão Pública – A proposta do Plano foi submetida a Discussão Pública, na qual os elementos do Plano estiveram disponíveis em diversos locais. Elaborou-se o resumo não técnico

que se disponibilizou em locais públicos, juntamente com os restantes elementos do Plano. Procedeu-se a uma apresentação pública /sessão pública de esclarecimento do Plano, onde foi possível esclarecer algumas dúvidas apresentadas nesse momento pelos presentes. As participações foram formalizadas através do preenchimento de uma ficha de participação.

Ponderação da Discussão Pública – Esta é constituída pela presente fase, na qual se analisam as participações apresentadas durante o período de discussão pública e se pondera se existe ou não necessidade de alterar o POAI.

1.4 ELEMENTOS QUE INTEGRAM O PLANO

São elementos do POAI as seguintes peças escritas e desenhadas:

- a) Regulamento;
- b) Planta de Síntese, elaborada à escala 1/25.000, identificando para o Plano de água e para a zona de protecção o zonamento do solo em função dos usos de solo e do regime de gestão definido;
- c) Planta de Condicionantes, elaborada à escala 1/25.000, onde se assinalam as diversas servidões administrativas e restrições de utilidade pública cartografáveis, assim como outras condicionantes de utilização do território;
- d) Relatório, que fundamenta as principais medidas, indicações e disposições adoptadas;
- e) Estudos de Base, com a caracterização física, social, económica e urbanística que fundamenta a proposta de Plano.

Para além destes elementos, e de acordo com a Portaria n.º 137/2005 de 2 de Fevereiro, foi ainda elaborado o Plano de Execução (contendo as disposições indicativas sobre as principais intervenções), a Planta de Enquadramento (abrangendo a área de intervenção, devidamente assinalada, e a zona envolvente, bem como as principais vias de comunicação) e a Planta da Situação Existente.

2. PARTICIPAÇÕES

2.1 METODOLOGIA PARA A ANÁLISE DAS PARTICIPAÇÕES

A metodologia utilizada foi a seguinte:

- Foram recebidas as participações e para cada uma foi analisado o seu conteúdo.
- Organizaram-se os temas e sub-temas abordados nas participações;
- Posteriormente foi utilizada a base de dados fornecida pelo INAG, onde foram inseridos os dados referentes às participações, organizando-as tendo por base o anterior esquema.
- Foram depois ponderadas no sentido de avaliar se seria uma situação significativa que alterasse ou não o Plano.
- Por fim, foi elaborado o presente relatório que sintetiza e traduz as opções tomadas.

Assim, foram recebidas 7 participações, das quais 1 de uma associação e 6 individuais. Após a inventariação das participações, foi possível identificar os temas e sub-temas a que se referiam. Esclarece-se que em cada participação, na maioria dos casos, existiam vários temas e sub-temas que foram abordados. Diga-se ainda que a participação da associação Mar Doce foi recebida em triplicado e que a participação do Sr. José Manuel Gomes Torres foi subscrita inteiramente pelo Sr. José Manuel Maia Lopes, pelo que, para o presente, se consideraram a mesma.

Para estes, organizou-se o seguinte esquema:

TEMA	SUB-TEMA	N.º DE INCIDÊNCIAS	N.º TOTAL DE INCIDÊNCIAS
Zona de Lazer Ribeirinho	Projecto	1	1
Plano de Água	Delimitação das zonas dentro do Plano de água (Zona de utilização livre, restrita e interdita)	3	13
	Motores eléctricos	3	
	Rampa de Acesso	1	
	Espécies piscícolas/Fauna	2	
	Navegação	3	
	Regulamentação da pesca	1	
Relatório	Parque de campismo	1	1
Áreas de Aptidão Turística	Capacidade de alojamento	1	1
Elaboração do POAI	Participação da Associação na CTA	1	1

PATRÍCIO & VALENTE, LDA.

Telef: 275 333 213 – Fax: 275 921 634

Morada: Rua General Humberto Delgado, n.º108 R/C Esqº
Canhoso*6200 Covilhã

TEMA	SUB-TEMA	N.º DE INCIDÊNCIAS	N.º TOTAL DE INCIDÊNCIAS
Diversos	Diversos	1	2
	Procedimentos	1	
Zona de Protecção	Diversos	1	5
	Área de Aptidão Turística (T2 e T3)	4	

Deste quadro conclui-se que a maioria das participações incidiu sobre questões relacionadas com o Plano de Água, seguidas das questões relacionadas com a Zona de Protecção. Algumas participações constituem quase pedidos de esclarecimento e outras “manifestos” sobre questões gerais do Planeamento Urbano em Portugal.

3. AVALIAÇÃO E PONDERAÇÃO

3.1 PRESSUPOSTOS DO PLANO

A presente albufeira tem como usos primários a rega e a produção de energia. Neste sentido, há que compatibilizar qualquer outra actividade com estes usos. Por outro lado, os estudos efectuados permitiram identificar a significativa sensibilidade ecológica que caracteriza a área de intervenção, pelo que a sua preservação teve sempre presente nas propostas/intenções/premissas do Plano. Estas características suportam efectivamente outras actividades secundárias, desde que existam limites bem definidos que garantam o equilíbrio das partes. Neste sentido, a estratégia do presente Plano fundamenta-se nas seguintes premissas:

- Preservação e salvaguarda das actividades primárias da albufeira, nomeadamente através da manutenção da qualidade da água;
- Monitorização da qualidade da Água;
- Adequar as actividades secundárias às características biofísicas existentes, garantindo sempre em 1.º lugar o equilíbrio ecológico do ambiente;
- Valorizar os recursos naturais e recreativos, gerando novos potenciais de atracção;
- Aumentar a oferta turística planeada/organizada na área de intervenção.

Pretende-se tornar esta albufeira que até hoje apenas tinha como apoio o Parque de campismo, num local com infraestruturas de apoio a diversas actividades compatíveis com o uso primário da albufeira e a conservação da natureza.

3.2 AVALIAÇÃO E PONDERAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES

Em síntese, a maioria das participações incidiram na temática do Plano de Água (restrições à navegação e delimitação das diversas zonas de utilização). Algumas participações denotam também alguma dificuldade na compreensão do Plano, das suas propostas e âmbito.

As questões do Plano de Água referem-se sobretudo à delimitação das diversas zonas dentro dele, e as limitações à navegação (incluindo a de utilização de motores eléctricos para navegação). Neste âmbito, recorde-se que a delimitação do Plano de água teve como base: a existência de maior sensibilidade ecológica, a variação dos níveis de água da albufeira e os princípios de sustentabilidade definidos como

objectivos principais do POAI. Para além disso, esta delimitação foi aferida em conjunto com todas as entidades participantes na Comissão Técnica de Acompanhamento, de modo a garantir o cumprimento dos objectivos do Plano. Neste sentido, deverão ser mantidas as delimitações e características definidas para o Plano de água, não se procedendo à alteração do Plano.

Em relação à navegação com motor eléctrico, verifica-se que, pelas suas características, poderá ser compatível com as delimitações das zonas de utilização restrita e livre, pelo que se optou nesta fase, por alterar o Plano, no sentido de permitir claramente este tipo de navegação equiparando-a à navegação de embarcações sem motor, uma vez que não compromete os objectivos do Plano. Esclareça-se ainda que na zona de utilização livre, este tipo de navegação era já permitida, embora não estivesse definido especificamente (Artigo 14º do regulamento do POAI – “Zona de utilização livre - 1- A zona de utilização livre (...) permite diversas actividades, nomeadamente a navegação de embarcações propulsionadas a motor de combustão, desde que cumpram a legislação aplicável e que naveguem a uma distância maior que 50m do limite do Plano de água.”).

As questões relativas à zona de protecção relacionam-se essencialmente com as novas áreas de turismo propostas, sobretudo no que se refere ao empreendimento turístico tipo hotel *Resort*, designado por T2. A área de intervenção reúne uma série de características que potencializam a sua utilização para o turismo. No entanto, pelos estudos efectuados, concluiu-se que seria de aproveitar as zonas onde já existam algum tipo de infraestruturas, de modo a reduzir o impacto de intervir num espaço com significativa riqueza natural. Por outro lado, pela falta de oferta turística que existe no concelho, estipulou-se que se deveria proporcionar alguma variedade no tipo de turismo permitido neste local.

Tendo em conta estas premissas, definiu-se: T3 - a ampliação do Parque de Campismo existente e que até à data tinha uma procura superior à oferta que proporcionava; T1 - a recuperação dos antigos alojamentos dos trabalhadores da LTE (edifícios existentes, portanto); T4 - a recuperação do edificado de algumas quintas existentes; T2 - e por fim, uma nova área turística, próxima de uma zona já construída, servida por infraestruturas e sem características ecológicas significativas. As questões relativas ao T2 prendem-se com a determinação do tipo de empreendimento estipulado. Em sede desta ponderação, e tendo em conta as participações recebidas assim como o cumprimento dos objectivos do POAI, optou-se por alterar o tipo de empreendimento turístico permitido para a área denominada de T2, passando a destinar-se a um empreendimento hoteleiro tipo *resort*, em vez do empreendimento turístico do tipo Hotel *resort*. Desta forma permite-se maior flexibilidade de tipologia de empreendimento, sem que no entanto, os princípios básicos de intervenção neste espaço fiquem comprometidos, uma vez que as características de *resort* (ou seja de edificações distribuídas pelo terreno, em vez de um edifício único) e os parâmetros urbanísticos assim como o número máximo de camas permanecem inalterados.

PATRÍCIO & VALENTE, LDA.

Telef: 275 333 213 – Fax: 275 921 634

Morada: Rua General Humberto Delgado, n.º108 R/C Esqº
Canhoso*6200 Covilhã

A capacidade de carga foi definida e a carga turística avaliada e definida em função dela, de modo a garantir a sustentabilidade ecológica do sistema presente.

De forma sucinta tem-se:

TEMA	SUB-TEMA	PONDERAÇÃO
Zona de Lazer Ribeirinho	Projecto	Esta proposta enquadra-se nas propostas do Plano, pelo que não se justifica qualquer alteração.
Plano de Água	Delimitação das zonas dentro do Plano de água (Zona de utilização livre, restrita e interdita)	Compromete os princípios do Plano, pelo que não se justifica qualquer alteração.
	Motores eléctricos	A pretensão foi deferida.
	Rampa de Acesso	Foram equacionadas diversas hipóteses para este tema, no entanto, optou-se por esta solução de modo a garantir o cumprimento dos objectivos principais do Plano.
	Espécies Piscícolas/Fauna	As observações apresentadas já estão previstas no Plano.
	Navegação	Compromete os princípios do Plano, pelo que não se justifica qualquer alteração.
	Regulamentação da Pesca	Extravasa o âmbito do Plano.
Relatório	Parque de Campismo	Extravasa o âmbito do Plano.
Áreas de Aptidão Turística	Capacidade de Alojamento	Foram equacionadas diversas hipóteses para este tema, no entanto, optou-se por esta solução de modo a garantir o cumprimento dos objectivos principais do Plano.
Elaboração do POAI	Participação da Associação na C.T.A.	Extravasa o âmbito do Plano.
Diversos	Diversos	Extravasa o âmbito do Plano.
	Procedimentos	Extravasa o âmbito do Plano.
Zona de Protecção	Diversos	Extravasa o âmbito do Plano.
	Área de Aptidão Turística (T2 e T3)	A pretensão foi parcialmente deferida.

4. ALTERAÇÕES AO PLANO

Tendo em conta os objectivos e pressupostos do POAI, será introduzida a autorização de embarcações motorizadas com propulsão eléctrica no Plano de Água – equiparando-as às embarcações sem motor- e permitida maior abrangência na tipologia de empreendimento turístico referente ao T2. Neste sentido as alterações ocorrerão ao nível do Regulamento, Relatório e legenda do desenho 01 - Planta de Síntese, onde passará a constar o seguinte:

Regulamento

Artigo 13º - Zona de utilização restrita

(...) 2- Nesta zona apenas são permitidas as seguintes actividades:

- a) A navegação de embarcações sem motor (a remo, a pedais ou vela) e **motorizadas com propulsão eléctrica**;
- b) Os banhos e natação, nos pontos assinalados na planta de síntese. A prática desta actividade fica condicionada à classificação da água como balnear nos termos da legislação aplicável;
- c) Nas zonas que vierem a ser classificadas como balneares deverão ser devidamente sinalizadas no Plano de água, ficando interdita a navegação de qualquer tipo de embarcação;
- d) A pesca desportiva.

Artigo 14º - Zona de utilização livre

1- A zona de utilização livre inclui a área do Plano de água que, pelas suas características físicas e geográficas, permite diversas actividades, nomeadamente a navegação de embarcações propulsionadas a motor de combustão **ou de propulsão eléctrica**, desde que cumpram a legislação aplicável e que naveguem a uma distância maior que 50m do limite do Plano de água.

Secção III - Zona de protecção da albufeira - Artigo 16º - Zona de silvopastorícia

"4- b) T2 - destina-se a um estabelecimento hoteleiro **do tipo Resort** e deverá obedecer aos seguintes objectivos programáticos e regras de ocupação: (...)."

Relatório

(Pág. 5) - Zona de Utilização Restrita

A zona de utilização restrita, pelas suas características ecológicas e físicas permite um maior grau de utilização, embora ainda com algumas restrições. Sendo uma área com declives suaves e Planos, onde o nível de armazenamento de água varia bastante, e onde os ecossistemas subjacentes não são tão sensíveis ou susceptíveis de perturbações como os anteriores, permite-se a navegação sem motor **e/ou com propulsão eléctrica** e a realização de banhos e natação.

(Pág.12) – Áreas de Aptidão Turística - Área T2

Propõe-se um **estabelecimento hoteleiro do tipo Resort**, em toda a área.

(Pág.19) – Capacidade de Carga Turística

“Segundo o atrás exposto, a capacidade de carga turística da zona de protecção da albufeira, é de:

	Tipo de Turismo	n.ºmáx.camás
T1	Centro Férias / Hotel <i>Resort</i>	100
T2	Estab. Hoteleiro tipo <i>Resort</i>	170
T3	Parque de Campismo	1830
T4	T.E.R.	-
Total n.º de camas turísticas (máx.)		2100

Fig. 7 - Capacidade de Carga Turística*

Desenho 01 - Planta de Síntese

Na legenda onde se lê “T2 – Hotel Resort” passará a T2 - Empreendimento Hoteleiro tipo Resort.

5. ANEXO - PARTICIPAÇÕES